

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º andar - Salvador - BA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	9.128	8.474	CIRCULANTE	360	285
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	9.039	8.405	Impostos e Contribuições a Recolher	93	78
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	76	62	Dividendos a Pagar (Nota 7c)	176	146
Valores a Receber	8	2	Outras Obrigações	91	61
Outros Créditos	5	5	NÃO CIRCULANTE	217	215
NÃO CIRCULANTE	362	375	Provisão para Impostos e Contribuições	40	38
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	197	197	Provisão para Contingências - Processos Judiciais	177	177
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	20	20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.913	8.349
Depósitos Judiciais	177	177	Capital:		
INVESTIMENTOS	10	10	- De Domiciliados no País	4.200	3.940
IMOBILIZADO (Nota 6)	155	168	Reservas de Lucros (Nota 7b)	4.713	4.409
TOTAL	9.490	8.849	TOTAL	9.490	8.849

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 8)	289	301
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(28)	(32)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	261	269
RECEITAS OPERACIONAIS	961	773
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	961	773
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	90	30
Receitas de Aluguéis (Nota 10)	60	30
DESPESAS OPERACIONAIS	187	174
Despesas Tributárias (Nota 11)	2	1
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	185	173
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.095	898
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(355)	(282)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	740	616
Número de ações	775.320	775.320
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	954,44	794,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.095	898
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	14	14
Depreciações	13	13
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	1	1
Lucro Líquido Ajustado	1.109	912
Aumento em Outros Ativos	(18)	(5)
Redução em Outras Obrigações	(59)	(74)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(212)	(162)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	780	670
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(146)	(631)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(146)	(631)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	634	39
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	8.405	8.366
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	9.039	8.405
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	634	39

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Reservas de Lucros					Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária	Pagamento de Dividendos	Lucros Acumulados	
Saldo em 31.12.2009	3.940	509	2.960	470	-	2.879
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	616	616
Destinações:						
- Reservas	-	31	439	-	(470)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,19 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(146)	(146)
Saldo em 31.12.2010	3.940	540	3.399	470	-	8.349
Aumento do Capital Social com Reservas	260	-	(260)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	740	740
Destinações:						
- Reservas	-	37	527	-	(564)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,23 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(176)	(176)
Saldo em 31.12.2011	4.200	577	3.666	470	-	8.913

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	349	30,8	331	35,3
Receita Bruta de Serviços	289	25,5	301	32,1
Outras Receitas	60	5,3	30	3,2
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(167)	(14,8)	(156)	(16,5)
Serviços de Terceiros	(165)	(14,6)	(152)	(16,2)
Outros	(2)	(0,2)	(4)	(0,4)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	182	16,0	175	18,7
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(13)	(1,0)	(13)	(1,3)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	169	15,0	162	17,4
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	961	85,0	773	82,6
Receitas Financeiras	961	85,0	773	82,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	1.130	100,0	935	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.130	100,0	935	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	390	34,5	319	34,1
Federais	373	33,0	301	32,2
Estatuais	1	0,1	-	-
Municipais	16	1,4	18	1,9
Remuneração de Capitais Próprios	740	65,5	616	65,9
Dividendos	176	15,6	146	15,6
Lucros Retidos	564	49,9	470	50,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Baneb Corretora de Seguros S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, vide nota 4.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mantidos para negociação, disponíveis para venda mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Continua...



...Continuação

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º andar - Salvador - BA



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posição. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondam ao valor pago incluindo os custos de transação, a não mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado líquido-se o método da taxa efetiva de juros.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponível para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras Líquidas". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

2.5) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 4%

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos" na demonstração do resultado.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da Receita

A distribuição de valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas de Aluguel

A receita de aluguel proveniente de imóvel para investimento, arrendado a terceiros conforme contrato de arrendamento operacional, é reconhecida pelo método linear na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais" durante o período de arrendamento.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

2.10) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os relativos tributos são calculados considerando a alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e a alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo Administração quando necessário.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados a baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na seguinte nota explicativa: Nota 14b - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1)	11	9
Fundos de Investimentos Financeiros (2)	9.028	8.396
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.039	8.405

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administradores pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 9.028 (2010 - R\$ 8.396).

6) ATIVO IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios.

	Em 31 de dezembro				
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	2011	2010
Imobilizado de uso:					
Edificações	4% a.a.	327	(235)	92	105
Terrenos	-	63	-	63	63
Total em 31 de dezembro de 2011		390	(235)	155	
Total em 31 de dezembro de 2010		390	(222)		168

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	775.320	775.320
Total	775.320	775.320

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 15 de abril de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 260, elevando-o de R\$ 3.940 para R\$ 4.200, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária" de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de Lucros	4.713	4.409
- Reserva Legal (1)	577	540
- Reserva Estatutária para Aumento de Capital (2)	3.666	3.399
- Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos (3)	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 60% do valor do Capital Social Integralizado; e

(3) Pode ser constituída com a finalidade do Capital de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	2011	% (1)	2010	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	740		616	
Reserva Legal	(37)		(31)	
Base de Cálculo	703		585	
Dividendos Propostos	176	25,0	146	25,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

Continua...



BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 400 - 10º andar - Salvador - BA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil

8) RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receitas de Comissões	289	301
Total	289	301

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicação em Fundo de Investimento	963	775
Juros Passivos	(2)	(2)
Total	961	773

10) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receitas de Aluguéis	60	30
Total	60	30

11) DESPESAS TRIBUTARIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos e Taxas Diversos	2	1
Total	2	1

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ediáteis e Publicações	141	127
Serviços Prestados	24	25
Contribuição Sindical Patronal	5	4
Depreciação	13	13
Outros Gastos Administrativos	2	4
Total	185	173

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 255 (2010 - R\$ 201) e R\$ 100 (2010 - R\$ 81) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 96 (2010 - R\$ 82), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Banco Bradesco S.A.	11	9
Dividendos a Pagar:		
Banco Alvorada S.A.	(95)	(79)
Receitas de Comissões:		
Bradesco Vida e Previdência S.A.	289	301

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A empresa não possui processos judiciais, de natureza trabalhista e cível em 31 de dezembro de 2011 e 2010. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

1 - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

2 - Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

A Diretoria

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP2029567/O-5 S-BA

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da

Baneb Corretora de Seguros S.A.
Salvador - BA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Baneb Corretora de Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria.

Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não contém qualquer modificação.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

André Dala Pola
Contador CRC SP-214007/O-2 S-BA

SED-0227

ITAGUARANA S/A

CNPJ (MF) nº 11.482.098/0001-87

EXTRATO DE ATA

Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste - FINOR - Capital Autorizado: R\$ 417.840.732,86 - Capital Subscrito e Integralizado: R\$ 29.393.551,26 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, realizadas cumulativamente, data da Realização: 07 e 08/12/2011, às 10:00 (dez) horas e 16:00 (dezois) horas, respectivamente. Local: Na sede social, sita na Fazenda Itaguarana, Município de Itaquara, BA. Comparecimento: Acionistas que representavam mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante. Mesa: Presidente: Fernando João Pereira dos Santos; Secretário: Sérgio Mações, representante da acionista AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Excelcior S/A. Deliberações: Por unanimidade de votos, aprovou-se o seguinte: 1) EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: a) Aprovação do Relatório da Administração, acompanhado do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2010, demonstrações financeiras correspondentes e pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; b) a eleição dos membros do Conselho de Administração e dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, órgãos que ficaram assim constituídos: Conselho de Administração: Presidente - Fernando João Pereira dos Santos; Conselheiros - José Bernardino Pereira dos Santos e Manoel de Souza Leão Veiga. Fica vago um cargo de conselheiro. Duração do Mandato: 03 (três) anos. Conselho Fiscal: Membros Efetivos - Maurício José Rodrigues da Silva; Eurico de Moraes Didier; e Fernando Souza Didier. Membros Suplentes - Maria da Gruta Batista Lippo; e José Flávio Aquino de Albuquerque. Fica vago um cargo de membro suplente. Duração do Mandato: Até a próxima Assembleia Geral Ordinária. Remuneração: Para cada membro em exercício, será equivalente a 1/10 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada diretor da sociedade, não computada a participação nos lucros, se houver. 2) EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Reforma e consolidação do Estatuto Social, para restituição da diretoria da sociedade, com a extinção do cargo de Diretor Vice-Presidente III, modificando-se a quantidade de diretores de 06 (seis) para 05 (cinco), com a consequente alteração do disposto no artigo 18 do dito Estatuto; redefinição do prazo do mandato dos membros do Conselho Consultivo, mudando-se a redação do artigo 11 do Estatuto Social; b) foram ratificadas todas as deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária acima referida, declarando-se as mesmas com plena eficácia. Arquivamento: Na Junta Comercial do Estado da Bahia, sob o nº. 97167496, em 07/02/2012. Aos interessados serão fornecidas cópias autênticas desta Ata, Itaquara-BA, 23 de fevereiro de 2012. Sérgio Mações, representante da AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Excelcior S/A - Secretário.

SED-0225

DIVERSIDADE EM SERVIÇOS



A Egba no mundo digital

- Livros
- Jornais
- Revistas
- Folders
- Cartazes
- Cartões
- Impressos com dados variáveis
- Impressão sob demanda



www.egba.ba.gov.br

TEL: (71) 3116 2805 - FAX: (71) 3116 2801

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º andar - Salvador - BAGestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	9.128	8.474	CIRCULANTE	360	285
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	9.039	8.405	Impostos e Contribuições a Recolher	93	78
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	76	62	Dividendos a Pagar (Nota 7c)	176	146
Valores a Receber	8	2	Outras Obrigações	91	61
Outros Créditos	5	5	NÃO CIRCULANTE	217	215
NÃO CIRCULANTE	362	375	Provisão para Impostos e Contribuições	40	38
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	197	197	Provisão para Contingências - Processos Judiciais	177	177
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	20	20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.913	8.349
Depósitos Judiciais	177	177	Capital:		
INVESTIMENTOS	10	10	- De Domiciliados no País	4.200	3.940
IMOBILIZADO (Nota 6)	155	168	Reservas de Lucros (Nota 7b)	4.713	4.409
TOTAL	9.490	8.849	TOTAL	9.490	8.849

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 8)	289	301
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(28)	(32)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	261	269
RECEITAS OPERACIONAIS	961	773
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	961	773
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	60	30
Receitas de Aluguéis (Nota 10)	60	30
DESPESAS OPERACIONAIS	187	174
Despesas Tributárias (Nota 11)	2	1
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	185	173
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.095	898
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(355)	(282)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	740	616
Número de ações	775.320	775.320
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	954,44	794,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.095	898
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	14	14
Depreciações	13	13
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	1	1
Lucro Líquido Ajustado	1.109	912
Aumento em Outros Ativos	(18)	(6)
Redução em Outras Obrigações	(99)	(74)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(212)	(162)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	780	670
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(146)	(631)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(146)	(631)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	634	39
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	8.405	8.366
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	9.039	8.405
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	634	39

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Pagamento de Dividendos		
Saldos em 31.12.2009	3.940	509	2.960	470	-	7.879
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	616	616
Destinações:						
- Reservas	-	31	439	-	(470)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,19 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(146)	(146)
Saldos em 31.12.2010	3.940	540	3.399	470	-	8.349
Aumento do Capital Social com						
Reservas	260	-	(260)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	740	740
Destinações:						
- Reservas	-	37	527	-	(564)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,23 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(176)	(176)
Saldos em 31.12.2011	4.200	577	3.666	470	-	8.913

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	349	30,8	331	35,3
Receita Bruta de Serviços	289	25,5	301	32,1
Outras Receitas	60	5,3	30	3,2
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(167)	(14,8)	(156)	(16,6)
Serviços de Terceiros	(165)	(14,6)	(152)	(16,2)
Outros	(2)	(0,2)	(4)	(0,4)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	182	16,0	175	18,7
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(13)	(1,0)	(13)	(1,3)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	169	15,0	162	17,4
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	961	85,0	773	82,6
Receitas Financeiras	961	85,0	773	82,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	1.130	100,0	935	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.130	100,0	935	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	390	34,5	319	34,1
Federais	373	33,0	301	32,2
Estaduais	1	0,1	-	-
Municipais	16	1,4	18	1,9
Remuneração de Capitais Próprios	740	65,5	616	65,9
Dividendos	176	15,6	146	15,6
Lucros Retidos	564	49,9	470	50,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Baneb Corretora de Seguros S.A., é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, vide nota 4.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mantidos para negociação, disponíveis para venda mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não

recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponível para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras Líquidas". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

2.5) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

• Edificações - 4%

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos na demonstração do resultado.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Continua...

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º andar - Salvador - BAGestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil**2.7) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio Líquido**a) Lucro por ação**

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas de Aluguel

A receita de aluguel proveniente de imóvel para investimento, arrendado a terceiros conforme contrato de arrendamento operacional, é reconhecida pelo método linear na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais", durante o período de arrendamento.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

2.10) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo Administração quando necessário.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na seguinte nota explicativa:

Nota 14b - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1)	11	9
Fundos de Investimentos Financeiros (2)	9.028	8.396
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.039	8.405

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administradores pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 9.028 (2010 - R\$ 8.396).

6) ATIVO IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios.

	Em 31 de dezembro				
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	2011	2010
Imobilizado de uso:					
Edificações	4% a.a.	327	(235)	92	105
Terrenos	-	63	-	63	63
Total em 31 de dezembro de 2011		390	(235)	155	
Total em 31 de dezembro de 2010		390	(222)		168

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	775.320	775.320
Total	775.320	775.320

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 15 de abril de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 260, elevando-o de R\$ 3.940 para R\$ 4.200, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da

Baneb Corretora de Seguros S.A.

Salvador - BA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Baneb Corretora de Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de Lucros	4.713	4.409
- Reserva Legal (1)	577	540
- Reserva Estatutária para Aumento de Capital (2)	3.666	3.399
- Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos (3)	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 80% do valor do Capital Social Integralizado; e

(3) Pode ser constituída com a finalidade do Capital de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	2011		2010	
	% (1)	2010	% (1)	2010
Lucro Líquido do Exercício	740	616		
Reserva Legal	(37)	(31)		
Base de Cálculo	703	585		
Dividendos Propostos	176	146	25,0	25,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receitas de Comissões	289	301
Total	289	301

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicação em Fundo de Investimento	963	775
Juros Passivos	(2)	(2)
Total	961	773

10) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receitas de Aluguéis	60	30
Total	60	30

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos e Taxas Diversos	2	1
Total	2	1

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Editais e Publicações	141	127
Serviços Prestados	24	25
Contribuição Sindical Patronal	5	4
Depreciação	13	13
Outros Gastos Administrativos	2	4
Total	185	173

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 255 (2010 - R\$ 201) e R\$ 100 (2010 - R\$ 81) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 96 (2010 - R\$ 82), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	9	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(95)	-	(79)	-
Receitas de Comissões:				
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	289	-	301

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A empresa não possui processos judiciais, de natureza trabalhista e cível em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
- b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

A Diretoria

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5 S-BA

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

André Dala Pola
Contador CRC SP-214007/O-2 S-BA